

O amanhã se constrói dia a dia

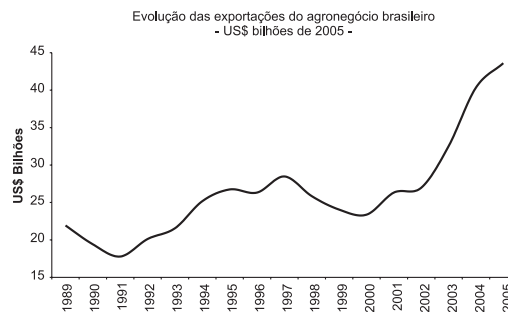
Silvio Crestana¹
Renato Cruz Silva²

Nos últimos 17 anos, o agronegócio brasileiro vem experimentando um surto de crescimento vigoroso, capaz de resistir e de suplantar a toda sorte de lerdezas do Estado, crises cambiais, acidentes climáticos e abusos na prática da “mais valia”, pelo poder comercial internacional.

Nesses anos, adquiriu eficiência econômica mundial, cresceu em sustentabilidade ambiental, deu ao Brasil respostas convincentes em segurança alimentar, tanto em termos de garantia de abastecimento quanto de qualidade nutricional. Criou, também, riquezas no interior – distribuindo renda e empregos – e melhorou os demais indicadores sociais de qualidade de vida de todo o País.

Gerou saldos comerciais expressivos e, assim, financiou o ajuste econômico do País, sobretudo o investimento na renovação tecnológica da indústria, e ajudou a pagar parte significativa da Dívida Externa (cerca de US\$100 bilhões nos últimos 7 anos). Mais que tudo, resgatou a auto-estima do povo brasileiro, sobretudo do povo do interior, fazendo de cada brasileiro um agente de transformação econômica, um cidadão.

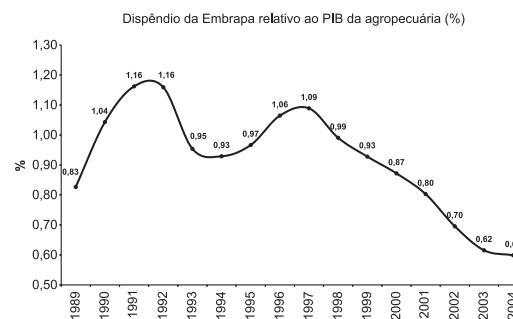
Mercê dessa transformação do agronegócio, atualmente o Brasil é o fiel do equilíbrio do mercado de alimentos e outras *commodities* de origem agrícola, não só no presente, mas esperançosamente, também, do futuro. Pela competência tecnológica, disponibilidade de terras, água e insolação é que este País garantirá ao mundo, uma oferta direta e significativa de álcool e de biodiesel. É também quem pode recompor a oferta mundial



Fonte: MDIC. Elaboração Embrapa/SGE.



Fonte: IBGE. Elaboração Embrapa/SGE.



Fontes: IBGE/SCN e Embrapa/DAF. Elaboração Embrapa/SGE.

Dilema estratégico do Brasil: enquanto crescem os lucros da inovação passada, reduz-se o investimento na inovação e lucros do futuro.

¹ Silvio Crestana, PhD., é Diretor-Presidente da Embrapa.

² Renato Cruz Silva, MSc., é assessor da Presidência da Embrapa, em Desenvolvimento Institucional.

de alimentos, na medida em que os países de clima temperado forem desviando sua produção de grãos para a geração de agroenergia.

No Brasil, o agronegócio cresceu forte, ágil, flexível e competitivo porque foi impulsionado pelo sucesso que tiveram as instituições públicas de pesquisa agropecuária em criar uma base própria de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento da nova agricultura tropical. Essa foi a primeira grande parceria público-privada de sucesso no País (muito antes de existir a Lei das PPP): o ente público usou o imposto e gerou o conhecimento; o ente privado aproveitou o conhecimento e para gerar riquezas e muito mais impostos.

Contudo, contraditoriamente nesses mesmos 17 anos, essa nova massa de impostos e essa riqueza não foram e nem têm sido usadas para manter e fazer crescer tal rede de cooperação. Ao contrário, o Brasil vem desmontando o braço público dessa parceria: lendo errado os sinais dos tempos e viajando na contramão, nesse mesmo período, o Estado brasileiro se dedicou a desmobilizar o arranjo institucional e operacional vitorioso que criou essa agricultura tropical, o chamado Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA).

Criado ao mesmo tempo que a Embrapa, o SNPA trabalhava segundo uma receita engenhosa para tempos de crise e de enormes desafios. Primeiro, havia foco e divisão de trabalho: uma agenda de pesquisa básica, outra estratégica, outra aplicada e outra adaptativa. Sem fronteiras rígidas, as universidades cuidavam mais da básica, a Embrapa, da estratégica e da aplicada, e os institutos estaduais faziam parte da pesquisa aplicada e de toda a pesquisa adaptativa de ajuste das tecnologias às condições regionais e locais.

Para isso, tinha-se a capilaridade necessária: uma rede de estações de pesquisa federal e outra estadual, que se completavam. A participação privada, a não ser por uma ou outra universidade, não se dava nesse plano, sendo mais visível nas ações de transferência de tecnologia.

A Embrapa detinha instrumentos muito fortes para coordenar essas duas redes e induzir a

convergência de propósitos. Primeiro, dispunha de um programa de capacitação internacional que treinava pesquisadores federais e estaduais para fazer a transformação tecnológica pretendida e ainda alocava em todos os estados os especialistas que lhes faltassem.

Segundo, como sócia, participava da indicação de dirigentes e repassava recursos para o custeio das pesquisas. Era possível então ter foco, concentração de esforços e talentos, agilidade e velocidade na construção das soluções. No plano da transferência das tecnologias, a Embrater coordenava financeira e tecnicamente o esforço da rede de entes estaduais de assistência técnica e extensão rural.

As crises financeiras do Estado negaram à Embrapa os recursos necessários à eficiência desse arranjo e feriram de morte sua coordenação. A amplitude de ação das universidades foi limitada pela escassez de recursos públicos. Mais tarde, as disposições da Constituição de 1988 jogaram a última pá de cal sobre esse arranjo. A Embrater foi simplesmente extinta, também se desfazendo a coordenação na transferência de tecnologias.

A partir de 1989, exatamente quando a colheita dos frutos benéficos desse arranjo passou a ser mais visível, sem o repasse de recursos federais específicos para esse fim, os estados começaram a desmontar a rede estadual de pesquisa, claramente extinguindo suas organizações de pesquisa ou incorporando-as nas organizações de extensão rural.

Desde então, institutos seculares – cujo acervo de conhecimento é um dos pilares da atual base tecnológica da agricultura tropical – têm sido mantidos à míngua, privados de sua identidade, subtraídos em sua liderança científica. Nesse caso, lideranças regionais agiram como se a inovação do agronegócio pudesse se amparar apenas na pesquisa estratégica e aplicada da Embrapa.

É uma falácia. A própria Embrapa tem sofrido muito com a descontinuidade de investimentos, que a impede de sozinha responder

a tal desafio. Além do mais, ela sofreu uma involução institucional: criada como empresa pública ágil e operacionalmente flexível, hoje sofre dos mesmos entraves burocráticos que motivaram sua criação, o que limita, inclusive, sua capacidade de buscar soluções fora do Estado.

Então, na prática, o que temos é isso: afastadas as ameaças de desabastecimento e fome, alcançadas as supersafras e os saldos da Balança Comercial, estamos desmobilizando a "usina de soluções", minando a capacidade de defesa e ataque, porque o perigo já passou.

É natural, é uma das idiossincrasias da condição humana. Só que o Estado não tem o direito de agir assim. A sociedade gasta muito para manter o Estado e para criar coisas como organização, gestão, planejamento estratégico e políticas públicas para que não fiquemos à mercê das nossas fraquezas, imediatismos, erros e limitações. Nesse caso, não é o que se passou.

Na nova economia interna das organizações de pesquisa dos estados, o Setor Público, com dificuldades, mal garante os salários e encargos. O custeio da pesquisa aplicada e adaptativa e dos investimentos em bens de capital precisam ser buscados no Setor Produtivo, o que confere a essas ações caráter não sistêmico, conjuntural, localizado e restrito. Isso não é estratégico e ameaça a sustentabilidade do processo de inovação do agronegócio.

A falta de mais pesquisas adaptativas (mas também das pesquisas aplicadas e estratégicas) e de assistência técnica adequada reduz a eficiência da tecnologia agrícola local já existente. O milho é um exemplo: muitos produtores modernos já alcançaram o potencial de produtividade comparável ao dos países desenvolvidos, mas a produtividade média ainda está em torno de 3 t/ha, porque um grande número de produtores ainda está à margem desse progresso. Ou como no caso do trigo, que continua confinado no Sul do Brasil, ainda sem realizar seu potencial produtivo no Cerrado.

O mais preocupante é que há um lapso de tempo entre a criação da tecnologia e a realização

do seu efeito produtivo, havendo nisso um efeito perverso. As supersafras e os saldos de balança agrícola – que estamos colhendo hoje – encobrem o fato de que são produzidas por tecnologias que criamos no passado, e esse sucesso nos ilude e está nos impedindo hoje de investir adequadamente na geração das tecnologias que vão garantir as supersafras de alimentos, fibras e energia, e os saldos comerciais agrícolas do futuro.

Alguns dos principais desafios do futuro estão colocados agora. Entre eles, se impõe a criação de uma nova matriz energética – centrada na agroenergia – e a construção de um novo patamar de sanidade agropecuária e agroindustrial, centrada na gestão da informação e sistemas de rastreabilidade vegetal e animal, combinando nos alimentos segurança de nutrição e de saúde.

Precisamos melhorar o manejo ambiental, sobretudo no que se refere ao uso e à preservação da qualidade da água, e na redução do aquecimento global, via seqüestro de carbono e enfrentando o desafio florestal. Precisamos também dominar os conhecimentos em nanotecnologia, para criar novos materiais e produtos, além de garantir a oferta mundial de alimentos e combater a fome.

Para responder a esses desafios, os países que competem com o Brasil na faixa tropical, como Índia, China, Austrália e Nova Zelândia estão seguindo um caminho diverso. Eles não têm a mesma disponibilidade de terras, água e sol que o Brasil, mas ampliam seus investimentos em inovação, seguros de que as tecnologias corretas podem suprir tais deficiências.

Os países de clima temperado, pressionados pela luta contra subsídios agrícolas, também aumentam seus investimentos e serão competidores importantes na oferta de tecnologia tropical, em geral, e de agroenergia, em particular.

Na contramão, sem tecnologias adequadas, não saberemos bem aproveitar os recursos naturais que nos sobram. Os desafios tecnológicos que se apresentam não são uma continuidade do que estamos fazendo, mas um novo patamar de qualidade científica que requer novas abordagens e refinamentos. Requer, também, novos talentos, novas capacidades e conhecimentos.

Por todas essas condicionantes, um processo de revitalização da Embrapa e do SNPA é mais do que devido. A Embrapa, as universidades e os institutos estaduais de pesquisa, enfim, todos não só precisamos de melhor sustentação financeira para atrair e renovar os talentos científicos e ampliar as pesquisas, como é crucial ter maior flexibilidade institucional e jurídica para orquestrar novos arranjos operacionais com o setor produtivo.

Nisso, o cenário é parecido com o de 1970. Difere no fato de que hoje o setor privado está bem mais forte e tem maior disposição em participar no financiamento do desenvolvimento de tecnologias. Não é preciso treinar, no exterior, os talentos requeridos, pois o mercado de pós-graduação brasileiro os oferece com qualidade mundial, e amealhamos uma competência que nos faz líder em tecnologia agrícola tropical.

Após as bem-sucedidas experiências de prospecção, monitoramento de avanços e cooperação científica dos laboratórios da Embrapa no Exterior (o Labex-EUA e Labex-Europa), estamos prontos para avançar um pouco mais na conexão internacional, abrindo um escritório de negócios na África – a Embrapa África. Tal iniciativa tem uma perspectiva maior de transferência de tecnologia agrícola tropical que interessa, de perto, às relações diplomáticas entre o Brasil e as nações africanas assim como ao setor produtivo brasileiro, dadas as perspectivas de maior desenvolvimento econômico do continente africano, principalmente na sua porção mais pobre.

No plano interno, a iniciativa Rede de Inovação e Prospecção para o Agronegócio (Ripa) faz intensa mobilização das redes públicas federal e estadual de pesquisa, reavaliando todos os programas em andamento, face aos novos desafios.

Melhoramos muito em vários aspectos do arcabouço jurídico com as leis da Inovação e das PPP, e no aspecto institucional, com a criação dos fundos setoriais de desenvolvimento tecnológico. Se eles ainda padecem com as reservas dos

contingenciamentos orçamentários, em pouco tempo alcançarão a normalidade operacional, mercê do esforço do Ministério de Ciência e Tecnologia, em desbloquear os recursos financeiros lá alocados.

Todos esses fatores estimulam a Embrapa e vários atores públicos e privados, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Itaipu Binacional e tantos outros, a considerar, com grande entusiasmo, as possibilidades de iniciativas como empresas de propósito específico, previstas e autorizadas pela Lei de Inovação.

Nelas, se juntam não só culturas de eficiência pública e privada, mas também se estabelece uma conexão transversal, unindo setores como energia, agricultura e logística, que podem ser extremamente eficientes na construção de alternativas para a matriz energética e para manutenção da competitividade externa brasileira.

Nesse particular, o governo já definiu e lançou o Plano Nacional de Agroenergia, iniciativa interministerial coordenada pelo Mapa. Agora, parte-se para a instituição do consórcio nacional de instituições de pesquisas nessa área e, para integrá-lo, a criação, pela Embrapa, de um centro nacional de pesquisas com essa missão, a Embrapa Agroenergia.

Todas essas possibilidades dependem de que as redes de inovação públicas – que servem ao agronegócio – sejam revitalizadas conforme explicitado neste número da *Revista de Política Agrícola*. Há sinais promissores. Novos concursos públicos estão sendo realizados e examina-se a implementação de um novo plano de carreiras para que a Embrapa seja capaz de atrair os talentos de que necessita, sobretudo nessas áreas do conhecimento ditas portadoras de futuro.

Também é grande a sensibilidade do Congresso Nacional, procurando apoiar esse movimento de revitalização institucional com oferta ao Orçamento da União de emendas específicas para esse propósito. Ao mesmo tempo,

o Parlamento trabalha para ampliar e flexibilizar as dotações orçamentárias da Embrapa e para liberar dos contingenciamentos tudo aquilo que é destinado à Ciência & Tecnologia.

Em 2005, o Balanço Social da Embrapa, mostra que cada R\$1,00 investido pelo governo, na inovação do agronegócio, devolve à socie-

dade o equivalente a outros R\$13,00 em renda, emprego, saúde e bem-estar. Isso prova, de forma cabal, que financiamento público da inovação em qualquer campo não é despesa; é investimento estratégico.

Como em 1970, o Brasil precisa, urgentemente, optar pelo que lhe é estratégico.
